

# A LÓGICA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira

*Universidade Federal de Minas Gerais*

✉ gabizinhacamara@hotmail.com

Após cinco anos da publicação do livro *“Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais”*, organizado pelos cientistas políticos Antônio Lavareda e Helcimara Telles, os mesmos organizadores publicaram o livro *“A lógica das eleições municipais”*. A obra faz parte de uma coletânea, segunda da série de eleições municipais. Com a participação de 34 pesquisadores de diferentes universidades do Brasil e do mercado, o livro continua focado na análise da disputa eleitoral nos municípios.

No esforço de compreender os diferentes aspectos que nortearam as campanhas eleitorais e os determinantes do voto para prefeito nas eleições dos últimos 20 anos para prefeito, os pesquisadores investigaram as eleições empregando distintas teorias do comportamento político, analisando variáveis sociológicas, psicológicas, da escolha racional, bem como efeitos midiáticos e distribuição geográfica dos votos.

A multiplicidade de fatores presentes nas eleições para prefeito vai além da lógica das eleições nacionais e subnacionais. Apesar disso, é sabido que estes outros pleitos interferem nas eleições municipais. Diferente do contexto das eleições de 2008, as eleições de 2012 acontecem em um cenário de menos prosperidade econômica no Brasil, dividindo a opinião pública a respeito da avaliação dos principais políticos no país. Assim, ficou o desafio de estudar os fatores que influenciaram a decisão do voto em candidatos a prefeito e vereador em um contexto econômico mais heterogêneo.

Para interpretar as campanhas e a decisão do voto nas capitais brasileiras, os pesquisadores utilizaram diferentes metodologias de pesquisas descritivas e explicativas, mobilizando uma significativa massa de dados quantitativos e

qualitativos de pesquisa de opinião, cobertura da imprensa, análise de discurso, estratégias de campanha, publicidade dos partidos e informações disponibilizadas pelos órgãos eleitorais brasileiros.

O desenho institucional definido pela Constituição de 1988 foi o Presidencialismo de Coalizão, no qual o Presidente para governar precisa do apoio do Legislativo, e para isso governa com o apoio de grandes coalizões partidárias. Além disso o Brasil combina o sistema proporcional de votos e o multipartidarismo. Todos estes fatores interferem na dinâmica eleitoral brasileira desde os pleitos municipais até o pleito nacional. As coalizões são fundamentais não apenas para a governabilidade, mas para a garantia da própria eleição uma vez que interferem no tempo de propaganda de televisão e rádio.

Nos últimos anos houve um crescimento de estudos analisando o papel do executivo municipal no sistema federalista brasileiro. Dando continuidade às pesquisas publicadas em 2011, este livro contribui de maneira significativa para a literatura brasileira na identificação de fatores mais gerais que se associam a avaliação do prefeito incumbente, na dificuldade que os eleitores têm de identificar quais são as competências de prefeitos, governadores e presidente, e na interferência da opinião pública e do cenário econômico nacional.

Um dos objetivos mais antigos e centrais da ciência política é analisar como o eleitor se comporta diante das urnas. O município é a esfera mais próxima ao eleitor e, portanto, é arena importante para compreender as tendências dos eleitores para futuras eleições subnacionais e nacionais. No primeiro capítulo, com o texto “*Eleições municipais de 2012 e sinais para adiante*”, os autores Antônio Lavareda, Bonifácio Andrade, Enivaldo Rocha e Bárbara Lins fizeram uma pesquisa robusta, envolvendo todas as capitais brasileiras focando a taxa de sucesso na reeleição dos incumbentes. A pesquisa identificou que a conjuntura nacional interfere muito na disputa municipal, e que de maneira preditiva, as eleições para prefeitos e vereadores são sinalizadoras dos temas das eleições posteriores. O texto também problematizou a crescente

fragmentação partidária no Brasil e o fenômeno de crescimento de prefeitos de pequenas e novas legendas também crescente.

No texto “*Quem manda: governador ou prefeito*”, os autores Glaúcio Ary Dillon Soares, Sônia Terron e Antonio Carlos Alkmim investigaram os determinantes do voto à luz do desenho institucional brasileiro federalista e seu sistema multipartidário. As investigações sugerem que a chance de um candidato a prefeito ser eleito é mais alta quando prefeito e governador são do mesmo partido.

Em “*Tarifas e Tarefas: determinantes locais e institucionais da aprovação do prefeito de São Paulo*”, Wladimir Gramacho, André Jácomo e Thiago Sampaio estudaram as eleições de São Paulo durante 20 anos e identificaram que os eleitores paulistas tendem a atribuir o sucesso ou o fracasso apenas para o chefe do executivo. A mesma pesquisa evidenciou a dificuldade que os eleitores têm de identificar quais são as tarefas dos prefeitos, governadores e presidente. A consequência desta complexidade é que os prefeitos tendem a ser mais premiados ou punidos, se os governadores ou o presidente do seu mesmo partido tomar decisões avaliadas como positivas ou negativas respectivamente.

O voto para prefeito em São Paulo também foi analisado sob a ótica geográfica. Em “*Petismo e antipetismo: o local de moradia e a decisão do voto na cidade de São Paulo*”, Márcia Cavallari Nunes e José Roberto de Toledo identificaram que a exemplo do que ocorre em outras cidades do mundo como nos Estados Unidos e alguns municípios no interior da Inglaterra, em São Paulo o contexto geográfico foi determinante no padrão de votos nas eleições de 2012. Também foi importante a origem dos eleitores, se eram imigrantes ou não.

Tratando também sobre a fragmentação nas eleições municipais, no texto “*Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil*”, Silvana Krause, Denise Paiva Ferreira, Pedro Floriano Ribeiro e Paulo Victor Melo problematizaram as consequências do aumento dos pequenos partidos nas prefeituras e nas câmaras municipais. Dedicaram atenção especial ao

crescimento dos partidos do PSB e PSD nas prefeituras brasileiras. Partidos tradicionais vêm perdendo espaço para agremiações menores em função de diferentes fatores de crise: legitimidade, representação, participação, somados com as facilidades no registro partidário, e aos financiamentos públicos. O aumento dos pequenos partidos levaria a um aumento na ininteligibilidade do sistema brasileiro.

Em sequência aos estudos que abordam a fragmentação partidária e o papel das eleições municipais como preditoras do comportamento eleitoral para as eleições nacionais, Maria Teresa Miceli Kerbauy, em “*O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012*”, analisou as eleições para as câmaras municipais no pleito de 2012, buscando identificar um padrão de votação e no desempenho eleitoral partidário nas eleições municipais, que definem alinhamentos entre as arenas eleitorais. As câmaras refletem a fragmentação partidária no Brasil. E o aumento de cadeiras nas câmaras na eleição de 2012 impactou a disputa local, beneficiando os pequenos partidos.

Nosso sistema eleitoral do tipo proporcional é um dos melhores do mundo garantindo grande representatividade no congresso. Mas um regime proporcional tem o custo da fragmentação. Nosso cálculo da proporcionalidade incentiva partidos pequenos a se ligarem a maiores para conseguirem os votos de sobra. O federalismo também é crítico no sentido de prejudicar uma coerência ideológica entre os partidos. Isso promove uma diluição da força programática dos partidos.

Um dos objetivos centrais da análise do comportamento eleitoral é ser capaz de prever como os eleitores se posicionarão em determinado cenário político, identificando o perfil dos eleitores e seus interesses. Nesta coletânea, o texto “*Previsão eleitoral das eleições brasileiras*”, de Marcelos Simas, Mathieu Turgeon e Marcos Tavares Pedro propôs um modelo preditivo no voto para prefeito combinando elementos econômicos e políticos. O estudo apontou que nem a inflação nem o desemprego tem efeitos representativos sobre o voto no

prefeito mandatário. A intenção de voto, por outro lado, é uma variável relevante em qualquer modelo preditivo. Outro fator relevante para modelos de predição é o pertencimento a coalizões. Os modelos são mais precisos para eleições nacionais, mas podem ser utilizados nas disputas eleitorais.

A coletânea também reuniu textos que exploraram os fatores midiáticos, a campanha eleitoral e variáveis de curto prazo, como por exemplo a corrupção nas disputas locais. Em 2012 as retóricas das campanhas agregaram questões relativas à crise econômica. Em situações de crise, o clima da opinião pública é de pessimismo, e os candidatos tendem a se reelegerem menos. O pleito de 2008 ficou conhecido pelo continuísmo dos incumbentes, e em 2012 as eleições seguiram padrões diferentes. A comunicação política foi objeto de análise em cinco capítulos.

No texto “*O peso do dinheiro e do tempo de rádio e TV na disputa do voto para prefeito*”, Bruno Wilhelm Speck e Emerson Urizzi Cervi constataram que há diferenças significativas entre os determinantes do voto em pequenos e grandes municípios. Nos pequenos ainda prevalece o personalismo e o contato direto com os eleitores. Já nos grandes municípios o que mais importa é o tempo de exposição no rádio e na televisão dos candidatos. Assim a tendência nestes últimos é a formação de grandes coligações para aumentar o tempo do HGPE. Em relação aos recursos financeiros o estudo conclui que é importante para qualquer tamanho de município, no entanto, para os grandes, ter recursos partidários e mais tempo na Televisão e no rádio, é mais relevante.

Em “*Televisão, imprensa e voto em Belo Horizonte e Goiânia*”, de Pedro Santos Mundim e Heloísa Dias Bezerra analisaram os efeitos midiáticos nos pleitos das duas capitais, ambos incumbentes candidatos à reeleição. A partir dos estudos comparados de caso os autores concluem que os efeitos midiáticos são mais relevantes em contextos mais irregulares. Assim em Goiânia a cobertura de imprensa foi mais significativa para o voto uma vez que o contexto político

local estava mais confuso. Belo Horizonte foi menos suscetível aos efeitos midiáticos em função da tranquilidade política que estava inserida em 2012.

Na trilha dos estudos que exploram a comunicação política, o texto “*Escândalos midiáticos de corrupção e pragmatismo: campanhas e voto para prefeito em Belo Horizonte*”, de Helcimara Telles, Pedro Soares Fraiha e Nayla Lopes, destacou em que medida a percepção corrupção afetou a escolha do eleitor nas eleições de 2012. Partindo do princípio que a mídia influencia a opinião pública, os autores analisaram os fatores que determinaram a intenção de voto, tais como a exposição à mídia, a percepção e tolerância à corrupção, a avaliação da economia e do passado político dos candidatos à prefeito. Apesar do cenário político nacional marcado por uma crise política centrada em escândalos de corrupção, os resultados do estudo sugeriram que o voto econômico retrospectivo foi o principal fator de influência na decisão de voto dos eleitores. Os candidatos concentraram ataques baseados em administrações passadas, convencidos de que este tipo de avaliação seria determinante na escolha do voto.

Os tons de campanha também pautaram alguns textos deste mosaico. Em “*A propaganda negativa nas eleições municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo*”, de Felipe Borba e Fábio Vasconcelos mostraram que, ao contrário das eleições nacionais, no plano municipal o eleitorado apresenta maior disposição de alterar sua intenção de voto, faltando poucos dias para a votação. A propaganda negativa pode ter diferentes efeitos a depender do contexto em que ela será utilizada. Enquanto em São Paulo o uso de propagandas negativas foi bem sucedido para o prefeito eleito, Haddad, no Rio de Janeiro as propagandas negativas não conseguiram alterar a avaliação que os eleitores já tinham de Paes, que conseguiu se reeleger com tranquilidade.

Em “*Russomanno e Ratinho Jr.: discurso de “independentes” em ondas despolitizantes*”, de Luciana Fernandes Veiga, Gustavo Venturi e Sandra Avi dos Santos, tratou-se de como dois candidatos oriundos da televisão e pertencentes

a partidos pequenos estruturaram suas retóricas e imagens no pleito de 2012. O baixo grau de institucionalização dos sistemas partidários é condição propícia para eleitorados mais voláteis e a emergência de candidatos ditos independentes, com pouca ou nenhuma experiência política e muito apelo midiático. O processo de convencimento do eleitor pode abranger tanto a construção de imagem positiva quanto a desconstrução dos adversários, a dita campanha negativa. Nenhum dos dois conseguiu se eleger, mas ambos tiveram um papel significativo na disputa do primeiro turno nas duas capitais, evidenciando o crescimento do modelo personalista de campanhas, com perfis que se auto-intitulam como “independentes” e propõem fazer uma nova política, sem explicar ao certo o que isto significa.

Por fim, no último capítulo intitulado “*Campanhas online e suas repercussões: os usuários influentes do Twitter nas eleições de 2012*”, Claudio Penteadó, Nayla Lopes e Regina Helena trouxeram a importância das campanhas produzidas no ciberespaço, como uma nova arena de disputas e debates eleitorais. A rápida proliferação das Redes Sociais de Internet tem produzido importantes transformações nas relações sociais, produzindo novas formas de interação mediadas por computadores e novos líderes de opinião. Militantes, simpatizantes, as campanhas dos candidatos e mesmo o cidadão comum utilizam esse espaço de interatividade para promover um fervoroso debate de informações e contrainformações, pautando novas agendas de campanha.

O segundo volume da coletânea não teve a pretensão de encerrar os debates sobre o voto nos municípios. Ao contrário, levantou novas perguntas e oportunidades de continuação de pesquisas com foco nos determinantes da escolha para prefeitos e vereadores nas eleições municipais.

## Referências

LAVAREDA, A.; TELLES, H. *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, 420p